

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.403 - PE
(2019/0229915-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : CARLOS ALBERTO LINS DA ROCHA
ADVOGADOS : MURILO OLIVEIRA DE ARAÚJO PEREIRA E OUTRO(S) -
PE018526
OLAVO JOSÉ RIBEIRO BEZERRA DA SILVA - PE028422
EMBARGADO : MUNICIPIO DO RECIFE
PROCURADORE : MARIA HELENA DUARTE LIMA - PE004854
S
JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO VAREJÃO E OUTRO(S) -
PE022674

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Carlos Alberto Lins da Rocha** em face da decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial do **Município de Recife**.

O embargante, em suas razões, sustenta que há omissão no tocante aos honorários recursais, nos termos do art. 85, § 11, do novo CPC .

Aberta vista à parte embargada, transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (fl. 349).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para corrigir erro material.

Assiste razão ao embargante.

A decisão recorrida, ao negar provimento ao agravo da parte ora embargada, interposto contra acórdão publicado já na vigência do novo CPC (fl. 227), nada dispôs acerca da condenação na verba honorária recursal, devendo ser suprimida a omissão apontada pela embargante.

ANTE O EXPOSTO, acolho os embargos para sanar a omissão apontada.

Superior Tribunal de Justiça

Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte embargada o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator